



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

ATA DA DÉCIMA NONA (19ª) SESSÃO ORDINÁRIA

Presidida pelo Sr. Vereador João Antônio Pires Gonçalves; secretariada pelo Sr. Vereador Waldemar Marcurio Filho.

Aos quinze dias do mês de junho do ano dois mil e quinze realizou-se na Sala das Sessões "Vereador Santo Róttoli", da Câmara Municipal de Mogi Mirim, presidida pelo Sr. Vereador João Antônio Pires Gonçalves; secretariada pelo Sr. Vereador Waldemar Marcurio Filho, a Décima Nona (19ª) Sessão Ordinária do Terceiro (3º) Ano da Décima Sexta (16ª) Legislatura da Câmara Municipal de Mogi Mirim, previamente programada e devidamente convocada nos termos da Relação da Matéria, datada de 12 de junho de 2015. Às 18h30, feita a primeira chamada nominal dos Srs. Vereadores pelo 1º Secretário, nos termos do disposto no Artigo 109, da Resolução nº 276, de 2010 (Regimento Interno vigente) e constatando-se haver número legal para o início dos trabalhos, conforme dispõe o Artigo 106 da já citada Resolução, eis que se encontravam presentes os Srs. Vereadores: Ary Augusto Reis de Macedo (01), Benedito José do Couto (02), Cinoê Duzo (03), Daniel Gasparini dos Santos (04), Daniela Dalben Mota (05), Dayane Amaro Costa (06), João Antonio Pires Gonçalves (07), Jorge Setoguchi (08), Laércio Rocha Pires (09), Luís Roberto Tavares (10), Luiz Antônio Guarnieri (11), Luzia Cristina Côrtes Nogueira (12), Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino (13), Marcos Bento Alves de Godoy (14), Maria Helena Scudeler de Barros (15), Osvaldo Aparecido Quaglio (16) e Waldemar Marcurio Filho (17), conforme, aliás, se vê das respectivas assinaturas apostas à Folha de Presença - Registro de Comparecimentos e Faltas dos Srs. Vereadores às Sessões da Câmara, anexa ao final da presente Ata, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da presente Sessão. Posto isto, conforme o disposto no Parágrafo



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Único do Artigo 106 da citada Resolução, convidou a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros para que procedesse a leitura de um trecho da Bíblia Sagrada. Cumprida dita providência, dando por iniciada a parte reservada ao "**EXPEDIENTE**", o Sr. Presidente submeteu à apreciação do Plenário a Ata da Décima Oitava (18ª) Sessão Ordinária, realizada em 08 de junho de 2015, a qual, depois de achada conforme e aprovada, foi devidamente assinada pelos Vereadores João Antônio Pires Gonçalves e Waldemar Marcurio Filho, respectivamente, o Presidente e o 1º Secretário. Na sequência, o Presidente deu ciência à Casa, através de leitura, da seguinte matéria: 1. Projeto de Lei nº 75, de 2015, de autoria do Vereador Cinoê Duzo, “instituinto, no Calendário Oficial do Município, a Corrida 22 de Outubro – Cidade de Mogi Mirim – Antônio Gomes da Silva – Antônio Bombeiro”; (ao exame das Comissões Permanentes); 2. Projeto de Lei nº 76, de 2015, de autoria do Vereador João Antônio Pires Gonçalves, “dando denominação aos vestiários, no Campo de Futebol Ismael Polettini, de Vestiários José Guidini – Fina”; (ao exame das Comissões Permanentes); 3. Projeto de Lei nº 77, de 2015, de autoria do Vereador Marcos Bento Alves de Godoy, “dispondo sobre atendimento preferencial aos doadores de sangue, em estabelecimentos comerciais, de serviços similares e dando outras providências”; (ao exame das Comissões Permanentes); 4. Projeto de Lei nº 78, de 2015, de autoria do Vereador Luís Roberto Tavares, “dando nova redação ao Artigo 1º, da Lei Municipal nº 2.891, de 26 de setembro de 1997, que declarou de utilidade pública a Associação da Pessoa com Deficiência de Mogi Mirim”; (ao exame das Comissões Permanentes); 5. Projeto de Lei nº 79, de 2015, de autoria do Vereador Luís Roberto Tavares, “dando nova redação ao Artigo 1º, da Lei Municipal nº 4.813, de 14 de junho de 2029, que declarou de utilidade pública a Associação Jesuíno Marcos Maguila”; (ao exame das Comissões Permanentes); 6. Projeto de Lei nº 80, de 2015, de autoria da Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, “dando denominação oficial à sede da Vila Dignidade



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

de Mogi mirim, de Vila Dignidade Mery Kallas Ajub”; (ao exame das Comissões Permanentes); 7. Projeto de Lei Complementar nº 05, de 2015, do Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, acompanhado de Mensagem nº 60/2015, datada de 15/06/2015, objeto do Ofício nº 60/2015, de igual data, “dispondo sobre o Plano Diretor de Mogi Mirim”; (ao exame das Comissões Permanentes); 8. Balancete da Receita e Despesa da Câmara de Mogi Mirim, “referente ao mês de maio de 2015”; (à Comissão de Finanças e Orçamento); 9. Balancete Financeiro e Relatórios da Receita e Despesa do Serviço Autônomo de Águas e Esgotos – SAAE de Mogi Mirim, “referente ao mês de maio de 2015”; (à Comissão de Finanças e Orçamento). Ato contínuo, o Sr. Presidente submeteu à apreciação e votação dos nobres Vereadores os seguintes **REQUERIMENTOS**, hoje endereçados à Mesa (aprovados pela Casa): nº 227, de 2015, da Vereadora Dayane Amaro Costa, solicitando, “seja oficiada a Mesa da Câmara, para realização de audiência pública, para o dia 03 de julho, às 19 horas, no plenário da Câmara, para discussão sobre os temas: proteção animal, programa de castrações e microchip, vacinações e demais procedimentos de cuidado e proteção da saúde animal e obrigações da prefeitura e ONGs do município, frente ao tema”; nºs 228, 229 e 242, de 2015, do Vereador Luís Roberto Tavares, solicitando, respectivamente, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que preste informações sobre término das obras de reforma e manutenção da EMEB Maria Paula das Dores Souza Jesus, no SEHAC, cuja previsão era para 30 de julho de 2014”, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que preste informações sobre término das obras de revitalização na Praça Aparecido Ribeiro, localizada no Jardim do Lago” e “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que preste informações sobre as obras e reformas, que estão sendo realizadas em nosso município, bem como a data de início e de término previstas para cada serviço”; nº 231, de 2015, da Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

solicitando, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que informe a respeito do transporte público”; nº 232, de 2015, do Vereador Jorge Setoguchi, solicitando, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que preste informações sobre o fornecimento de quimono aos alunos de Jiu-Jitsu, do Projeto Honra da Polícia Militar”; nº 233, de 2015, da Vereadora Daniela Dalben Mota, solicitando, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para tratativas junto ao Governo do Estado, a fim de que o prédio, localizado na Avenida Adib Chaib, anteriormente utilizado e, atualmente, desocupado pela Rede Lucy Montoro, retorne ao município”; nº 241, de 2015, do Vereador Laércio Rocha Pires, solicitando, “seja oficiado o deputado Estadual Davi Zaia, PPS/PT, para que sejam feitos estudos, visando a inclusão de emenda parlamentar no orçamento, verba destinada à compra de brinquedos, para os playgrounds das praças do município”; nºs 235, 236 e 237, de 2015, do Vereador Daniel Gasparini dos Santos, solicitando, respectivamente, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para estudos, junto à concessionária de exploração, visando tornar possível a isenção de cobrança da tarifa, para utilização do banheiro da rodoviária de Mogi Mirim”, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que junto ao Serviço Autônomo de Água e Esgotos – SAAE, remeta a planilha atualizada e pormenorizada, de custo atual, da tarifa de água e esgoto cobrada no município, revisada pela agência reguladora – ARES-PCJ” e “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que sejam incluídas, no sistema de lazer que será construído na área institucional, localizada ao lado da EMEB Vereadora Terezinha da Silva Oliveira, projeto de construção de quadras poliesportivas e quadras de areia”; nºs 239 e 240, de 2015, do Vereador Manoel Eduardo P. C. Palomino, solicitando, respectivamente, “seja oficiada a Secretário de Meio Ambiente, para que preste informações acerca de todas as



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

intervenções realizadas pelo Programa Bem-Estar Animal, tais como, número de animais castrados, vacinados, doados e demais ações, realizadas no ano de 2014 até os dias atuais, bem como requer o número de registros de ocorrências de maus tratos, abandono e outros, efetivamente realizados no decorrer do ano de 2014, até o presente momento, junto ao órgão competente” e “seja oficiada a Secretaria de Negócios Jurídicos, para que emita parecer técnico, visando a possibilidade de ser firmado novo convênio com o CEBE – Centro de Educação e Integração Social Benjamim Quintino da Silva, para contratação de jovens matriculados na instituição, a fim do exercício da atividade laboral regular e remunerada, de conformidade com o estabelecido pela Lei do Aprendiz, nas repartições públicas da Prefeitura Municipal”. Na sequência, o Sr. Presidente deu por aprovadas, conforme deliberação do Plenário, as seguintes **INDICAÇÕES** endereçadas ao Sr. Prefeito Municipal: nº 256, de 2015, do Vereador Benedito José do Couto, sugerindo, respectivamente, “realização de show gospel, em comemoração ao aniversário do município”; nºs 257, 258, 259, 260, 261, 267 e 268, de 2015, do Vereador Jorge Setoguchi, sugerindo, respectivamente, “troca de lâmpada queimada, na Rua Paschoal Moreira Cabral Bandeirante, localizada no Bairro Parque do Estado II”, “manutenção de lâmpadas queimadas, na Rua Francisco das Chagas Nunes Maia, localizada no Bairro Parque do Estado II”, “manutenção de lâmpadas queimadas, na Rua Benedito Diogo de Oliveira, localizada no Bairro Parque do Estado II”, “manutenção de lâmpadas queimadas, na Rua Jamil André, localizada no Bairro Parque do Estado II”, “manutenção de lâmpadas queimadas, na Rua Sebastião Milano, localizada no Jardim Santa Clara”, “manutenção de lâmpadas queimadas, na Rua Paulo César de Campos Lovo, localizada no Bairro Saúde” e “manutenção de lâmpadas queimadas, na Rua Angelina Mariotoni, localizada no Bairro Santa Helena”; nºs 262, 263 e 266, de 2015, do Vereador Manoel Eduardo P. C. Palomino, sugerindo, respectivamente, “manutenção, recapeamento e



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

sinalização de solo e placas na Rodovia Senador Franco Montoro”, “conserto do semáforo, localizado na Avenida Adib Chaib, em frente ao Espaço Cidadão” e “estudos quanto à viabilidade de ser implantado redutor de velocidade, tipo lombada, na Rua Conde de Parnaíba”; nº 264, de 2015, do Vereador Laércio Rocha Pires, sugerindo, “implantação de cisterna em todas as EMEBs do município, com o intuito do reaproveitamento das águas das chuvas”; nº 265, de 2015, do Vereador Daniel Gasparini dos Santos, sugerindo, “implantação de sinalização e dispositivo para redução de velocidade na Rua João Vital Filho, no Parque Novacoop”. A seguir, o Senhor Presidente submeteu à apreciação e votação dos nobres Vereadores a seguinte **MOÇÃO**, endereçada à Mesa (aprovada pela Casa): nº 47, de 2015, do Vereador João Antônio Pires Gonçalves, propondo, “sejam consignados em ata dos trabalhos votos de profundo pesar pelo passamento da senhora Martha Barbosa Araújo, ocorrido no dia 02 de junho último”. A seguir, o Sr. Presidente colocou à disposição dos Srs. Vereadores a seguinte **CORRESPONDÊNCIA**: Ofícios nºs. 343, 345, 346, 347, 348, 349, 350, 351, 352, 353, 354, 355, 356, 357, 358, 359, 360, 361, 362, 363, 364, 365, 366, 367, 368, 369, 370, 371, 372, 374, 375, 376, datados de 11 de junho de 2015, subscritos pelo Prefeito de Mogi Mirim, respectivamente, “respondendo a respeito da Indicação nº 236/2015; do Requerimento nº 117/2015; Requerimento nº 104/2015; Requerimento nº 108/2015; Requerimento nº 189/2015; Requerimento nº 186/2015; Indicação nº 057/2015; Requerimento nº 174/2015; Requerimento nº 184/2015; Requerimento nº 426/2014; Requerimento nº 460/2014; Requerimento nº 195/2015; Indicação nº 206/2015; Indicação nº 228/2015; Indicação nº 229/2015; Indicação nº 230/2015; Indicação nº 232/2015; Indicação nº 233/2015; Indicação nº 706/2015; Indicação nº 030/2015; Indicação nº 009/2015; Indicação nº 180/2015; Indicação nº 182/2015; Indicação nº 092/2015; Indicação nº 214/2015; Indicação nº 235/2015; Indicação nº 448/2014; Requerimento nº 192/2015; Requerimento nº 087/2015; Requerimento nº 139/2015;



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Requerimento nº 207/2015; Requerimento nº 664/2014; Indicação nº 135/2015, todos desta Edilidade”; (arquite-se, após dar ciência aos Vereadores). Não havendo mais proposituras ou quaisquer outros documentos para serem levados ao conhecimento do Plenário, o Sr. Presidente suspendeu a sessão às 18h54, para cumprimento do disposto nos *Requerimentos nºs 212 e 213/2015, do Vereador Laércio Rocha Pires, os quais solicitaram a presença, em Plenário, dos Secretários Municipais de Mobilidade urbana, Beatriz Gardinalli, e de Obras e Planejamento, Wilson Rogério da Silva, respectivamente, para explicações relativas ao Plano de Mobilidade Urbana de Mogi Mirim e obras de infraestrutura do Parque das Laranjeiras.* Posto isto, a sessão foi reaberta às 19h55 e o Presidente registrou a presença, nas galerias, do funcionário Eduardo César Silva, da Secretaria de Educação, e facultou o uso da palavra no “Expediente”, anunciando os oradores inscritos, conforme § 6º, do Artigo 111, do Regimento Interno. Inicialmente, fez uso da palavra a Vereadora Dayane Amaro Costa, que se reportou às explicações oferecidas pela Secretária de Mobilidade Urbana, Beatriz Gardinalli, colocando que a secretária não tinha entendido o seu ponto de vista e o reafirmou, dizendo que buscava pelo cumprimento dos parágrafos 1º, 2º e 3º do Artigo 24, da Lei Federal nº 12.587/2012, que dispunham sobre as obrigações municipais sobre mobilidade urbana. Registrou que a secretária tinha perdido o prazo para a apresentação do plano municipal de mobilidade urbana e tentara se justificar, estabelecendo que a perda do prazo nada acarretaria contra o município, todavia, a vereadora discordava, haja vista que, sem o plano, o município não estava apto a receber recursos e existiam projetos, em andamento, provando, inequivocamente, que a Secretaria de Mobilidade Urbana de Mogi Mirim não funcionava. “Se futuramente, surge um programa de mobilidade urbana, Mogi Mirim ficará para trás na conquista de recursos, porque não entregou o seu plano e as cidades que o entregaram, serão atendidas com maior rapidez, portanto, isto não é boato”, frisou e, para concluir, citou exemplo



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

ocorridos nas cidades de João Pessoa, na Paraíba, e São Sebastião do Paraíso, que aprovaram seus planos por determinação judicial. Ato contínuo, fez uso da palavra o Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio, que teceu elogios ao Secretário de Esportes e Turismo, Dirceu Paulino, relativos à realização dos Jogos Trabalhadores, e prosseguiu, falando sobre a implantação das academias ao ar livre, relatando que estava sendo implantada, pela secretaria, a primeira de uma série de quatro academias ao ar livre, equipamentos conquistados através de verba, que o vereador tinha conseguido junto ao Deputado Federal Carlos Sampaio, PSDB/SP. O vereador elogiou mais este trabalho do secretário de esportes, bem como a escolha dos locais designados para receberem os equipamentos, os quais tinham sido muito bem escolhidos para atender a população, mostrando que a verba estava sendo bem empregada e utilizada. Colocou que a prática esportiva era muito importante, pois afastava jovens de outras coisas, as quais os poderiam influenciar, negativamente, e lembrou que os deputados de todos os partidos tinham verbas a serem destinadas a todos os setores da sociedade, estimulando os pares à busca de recursos, junto aos seus correligionários. O próximo inscrito foi o Vereador Cinoê Duzo, que prestou suas homenagens aos professores da rede municipal, presentes nas galerias, para acompanhar a votação do Plano Municipal de Educação. Depois falou sobre o Parque das Laranjeiras, estabelecendo que só acreditaria numa melhoria das condições do bairro, depois que toda a infraestrutura prometida estivesse pronta, com rede de esgoto, galerias para águas de chuva, guias, sarjeta e asfalto, e que, aguardaria uma prova prática, por parte do secretário de obras, pois estava farto de maquiagem e de esperar. Também falou sobre a taxa de iluminação pública, congratulando-se com o Promotor Público Rogério Filócomo, que havia solicitado o afastamento do prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Stupp, justamente, porque ele arrecadara três milhões de reais, com a taxa, e ninguém era capaz de informar onde os tinha aplicado, haja vista que a cidade estava toda escura, bem como o



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Distrito de Martim Francisco e a zona rural. “O povo paga e não tem o serviço é isto é estelionato, como diz Edson Andrade, na rede social – Facebook”. Aclarou, que se tratava de uma cidade inteira pagando a taxa e sem a prestação do serviço e que, agora, o prefeito, na “maior cara de pau”, dizia que iria colocar um telefone para receber reclamações de munícipes, quando, na verdade, todas as reclamações já tinham sido feitas e era esta, uma das razões pelas quais o Ministério Público desejava afastar o prefeito, porque ele era incompetente e irresponsável e desobedecera a determinação da Justiça, que o mandara suspender a cobrança da taxa. Para concluir, falou que o povo estava com tolerância zero para com o prefeito. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador Marcos Bento Alves de Godoy, que elogiou a postura da Vereadora Dayane Amaro Costa, parabenizando-a pelos seus posicionamentos relativos às explanações da Secretária de Mobilidade Urbana, Beatriz Gardinalli, e sobre a perda do prazo para apresentação do plano municipal de mobilidade urbana, registrando que a secretaria tinha contratado uma empresa, ao custo de cento e quarenta e seis mil reais, para elaboração do plano, nada tinha sido feito, e ainda, perdera-se o prazo, prejudicando a cidade para possíveis projetos futuros. A seguir, versou sobre o Parque das Laranjeiras, falou que não era justo esperar que o prefeito, em dois anos e meio de governo, suprisse as necessidades de trinta anos de inoperância e afirmou, que o ex-prefeito Carlos Nelson Bueno não tinha movido “sequer uma palha, pelo Parque das Laranjeiras”. Reclamou dos atos do Ministério Público, que “caia de pau” em cima de qualquer coisa feita pela administração, porque há três anos o Ministério Público “só intimava e tentava fazer qualquer coisa para atrapalhar” e perguntou qual investidor iria acreditar em Mogi Mirim, diante de tal quadro, haja vista que os Poderes Executivo e Legislativo não se entendiam, o Legislativo “martelava em cima e criava dificuldades”. Afirmou que estava elaborando um requerimento, para solicitar ao Promotor Público que viesse à Câmara, para dar explicações, porque ele colocava os



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

vereadores em situação difícil e “o governo ficava o dia inteiro respondendo ao Poder Judiciário”, que por sua vez, não conseguia provar as denúncias que fazia, e afastar o prefeito. “Se há prova, deve retirá-lo, mas levantar denúncias, da forma que estão sendo levantadas, é temerário, porque qualquer um, que apresenta uma ação, o promotor acata e pede o afastamento do prefeito; fala-se muito de empresários, que estão desmotivados na cidade, portanto, ou nos acertamos, ou será mais um ano e meio perdido”, registrou. Finalizando, parabenizou a população do Parque das Laranjeiras, pelas conquistas que estavam acontecendo no bairro, parabenizou o Secretário de Esportes, Dirceu Paulino, pelo trabalho que vinha realizando, bem como o Vereador Osvaldo Quaglio, pela conquista da verba que permitiu a implantação das academias ao ar livre. Sublinhou que ele também estava em busca de recursos, junto aos deputados de seu partido. O próximo orador inscrito, Vereador Benedito José do Couto, desistiu do uso da palavra. Ocupou lugar na tribuna o Vereador Waldemar Marcurio Filho, que se reportou às respostas de algumas proposições, sublinhando respostas aos seus pedidos para troca de lâmpadas, em Martim Francisco, e limpeza das margens e recapeamento das ruas do Parque do Estado II, informando a todos que as ordens de serviço já haviam sido emitidas e as obras se iniciariam, em breve tempo. Na sequência, falou sobre o Parque da Laranjeiras, sobre as explicações concedidas pelo Secretário de Obras e Planejamento, Wilson Rogério, e sobre os recursos esperados, que, hoje, estavam na casa de três milhões de reais, verba do PAC, destacando, igualmente, que o importante era que as obras no bairro fossem realizadas. Refutou a fala de um vereador, que, durante a explanação do secretário, tinha perguntado sobre o maquinário, colocando, em resposta, que o número de máquinas municipais era pequeno e que deveria existir uma divisão de serviços, para que o maquinário pudesse atuar na zona rural também. Elogiou os funcionários de carreira, que estavam laborando no Parque das Laranjeiras, os quais trabalhavam com seriedade e não estavam pregando o



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

“quanto pior, melhor”, mas, pelo contrário, desejavam fazer o serviço no bairro. “Outro vereador disse sobre os vereadores, que apoiam o prefeito, falou que aqui, é situação e oposição, mas eu sempre fiquei no meio, por causa até o ex-presidente do meu partido, que prega o ‘quanto pior, melhor’, então, o atual gestor peca, mas Carlos Nelson Bueno está inelegível e Paulo Silva também, então, ambos pecaram também; eu, por outro lado, prego que se está ruim, se está difícil, devemos tentar resolver e não bater e, junto com o Vereador Marcos Bento Alves de Godoy, eu também quero convocar o Promotor Rogério Filócomo, porque tenho três perguntas a lhe fazer, no mínimo, e, na nossa cidade, qualquer benefício ao munícipe, reflete em nós também, portanto, pregar o ‘quanto pior, melhor’, não levará a nada e é ruim aos mogimirianos”, destacou e encerrou sua fala. O próximo orador foi o Vereador Luiz Antônio Guarnieri. Aclarou que, pela primeira vez, tinha constatado sinceridade na fala do Secretário de Obras, Wilson Rogério, no tocante ao Parque das Laranjeiras. Ratificou a informação de um valor de três milhões de reais, oriundo de financiamento da CEF, para obras de infraestrutura no bairro, bem como sublinhou a importância das obras, para a população carente daquela periferia. “Dona Benedita Nogueira sempre aqui, presente, e chamando atenção às necessidades daquele bairro e, se houve algum prefeito, que fez um mínimo para o Parque das Laranjeiras, este prefeito foi Paulo de Oliveira e Silva”, registrou. Prosseguindo, passou a relatar a audiência, ocorrida durante a última semana, com diretores da Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá – Ares-PCJ, quando fora colocado, que o índice de reajuste da tarifa d’água seria de 17,67%, mesmo contra o desejo dos vereadores presentes. “Reclamamos e esperneamos, mas no frigidar dos ovos, vamos ter que engolir um reajuste de 17,67% e, na minha opinião, é um valor exorbitante; em 2013, foram 14% e, no ano passado, foram 6%, portanto, se este índice se confirmar, neste ano, somaremos uma margem de 42,19% de reajuste, nos últimos três anos, o que é um absurdo, um exagero e eu transmiti este



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

raciocínio ao diretor presente, Carlos Roberto de Oliveira, da Ares-PCJ”, explanou. Falou ainda sobre a votação dos projetos para reestruturação do Conselho Municipal de Educação e para instituição do Plano Municipal de Educação, em alinhamento com o Plano Nacional, acreditando na aprovação das matérias. “É importante o município se adequar, nós fizemos reuniões e esperamos, na verdade, que a educação possa melhorar, significativamente, em toda a cidade; foi aprovado o Sistema SESI, de material didático, e esperamos, então, que as crianças possam ter melhor aproveitamento educacional”, declarou e encerrou seu discurso. O próximo orador foi a Vereadora Luzia C. C. Nogueira, que respondeu aos comentários sobre atos dos prefeitos do passado, destacando que, quando se olhava para trás, via-se o que os outros tinham feito, ganhava-se experiência, no sentido de não cometer os mesmos erros, e que, deveria ser assim, mas em Mogi Mirim não era. “Cada um de nós é cidadão mogimiriano e eu duvido que exista um colega, que queria o pior para Mogi Mirim, pois todos querem ver o melhor e cada um luta por aquilo, que acredita legal e moral e que venha a beneficiar a cidade”, frisou. Dos assuntos publicados nos jornais do final de semana, a vereadora chamou atenção da população assistida pelo programa Bolsa Família, para que cumprissem com as obrigações de pesagem, vacinação e frequência escolar de seus filhos, para que não perdessem o direito ao programa e não ficassem desesperados depois, haja vista que o programa impunha deveres aos integrantes. Também informou que a Secretaria de Saúde estava convocando as crianças para pesagem e vacinação, no período de 15 a 19 de junho, nas UBSs dos bairros, desejando a vereadora, que a população atendesse o chamado, a fim de que não houvesse o corte no benefício do Bolsa Família. Por fim, comentou sobre a o aumento das tarifas de água e de luz, mais uma vez, algo que iria pesar no bolso do cidadão. “Temos que pensar bastante ao discutir projetos, que venham, futuramente, onerar nossos munícipes”, frisou e concluiu. O próximo orador foi o Vereador Jorge Setoguchi, que registrou



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

pedido para que as provas da Carteira Nacional de Habilitação – CNH, promovidas pelas autoescolas e CIRETRAN, fossem transferidas para outra via, que não a Rua César Gasparotto, no Parque da Imprensa, pois a rua era interditada, para a realização das provas dos motoristas, e os munícipes residentes estavam sendo impedidos de saírem de suas casas, com seus veículos. O vereador solicitou à Secretária de Trânsito, Beatriz Gardinalli, que definisse outro local para as provas, a fim de que não fosse retirado o direito de ir e vir dos munícipes ali residentes. Por fim, sublinhou o pedido contido no Requerimento nº 232/2015, de sua autoria, para informações sobre o fornecimento de quimono aos alunos de Jiu-Jitsu, do Projeto Honra da Polícia Militar. “Na parceria entre PM e o município, o município ficou de fornecer os quimonos e isso não está ocorrendo, falta metade dos quimonos e os alunos estão passando as roupas de um, para outro, após as aulas, uma coisa totalmente desagradável, portanto, eu peço providências, para que o prefeito honre a parceria entre PM e município”, acentuou e finalizou participação. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador Daniel Gasparini dos Santos, que falou sobre o Projeto de Lei nº 53/ 2015, de sua autoria, para incentivo ao cultivo da Citronela e da Crotalária, como método natural de combate à Dengue, estabelecendo que esta era mais uma intenção de ajudar no combate à Dengue, cuja epidemia tinha sido grave, explicando ainda, que a Crotalária tinha sido implantada em outros municípios e dera muito certo. Salientou que todos deveriam buscar iniciativas para combater a Dengue e sobre outro assunto, agradeceu o trabalho realizado e parabenizou o Secretário de Transportes, Dirceu Paulino, pelo retorno dos Jogos dos Trabalhadores e pela implantação das academias ao ar livre. Para concluir, versou sobre o Parque das Laranjeiras, anotando que tinha sido dado o “pontapé inicial”, depois de trinta anos de inoperância no bairro, e colocou que, se cada prefeito tivesse feito um pouco pelo lugar, o bairro estaria uma maravilha, atualmente. “O pontapé inicial foi dado e eu espero a situação desta população seja resolvida, povo que



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

espera há tantos anos pela benfeitoria de infraestrutura”, pontuou e finalizou. A seguir, fez uso da palavra o Vereador Luís Roberto Tavares. Este, primeiramente, agradeceu a aprovação de seu requerimento, através do qual solicitou o relatório e informações sobre obras e reformas realizadas no município, com data de término previsto e quais construtoras haviam sido contratadas. Também, sobre requerimento voltado para o Posto de Saúde Familiar – PSF, da Estação Vergel, aprovado há algumas semanas, registrando que as obras tinham se iniciado, imediatamente. Relatou também progressos na escola Maria Paula, que no início do ano estava sem condição alguma de funcionamento, informando um início de reforma, mas destacando que o forro do teto ainda não estava terminado e que, ele não apreciara ver obras, com andaimes, e as crianças brincando ao redor. Por esta razão, estava solicitando informações, acreditando, igualmente, que as obras se findariam pela semana. O vereador também solicitou, em suas proposituras, providências para a Praça Aparecida Ribeiro, para conclusão do plantio de grama, bem onde se localizava o parque infantil, no logradouro. Pelo exposto, disse que desejava saber sobre as obras e as empreiteiras, justamente, para ficar vigilante e porque os moradores sempre faziam suas perguntas e a ele cabia informar. Falou ainda, sobre o Parque das Laranjeiras, colocando que via com bons olhos as obras, que estavam sendo executadas, mesmo num ritmo de trabalho lento, porque a lentidão significava um trabalho de qualidade. Finalizando, sobre o Plano Municipal de Educação, para ser votado na “Ordem do Dia”, o vereador relatou ter apostado duas emendas à matéria, elaboradas através de vídeo conferências, realizadas com jovens das paróquias, padres e fieis de outras religiões, emendas propostas por católicos, com integração dos jovens, garantindo a participação da família, através das APMs, na elaboração de projetos pedagógicos, nas escolas da rede municipal de ensino. O próximo orador foi o Vereador Laércio Rocha pires, que se dirigiu ao Vereador Jorge Setoguchi, apoiando sua iniciativa a respeito da Rua César



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Gasparotto, no Parque da Imprensa, via onde estavam sendo realizados treinamentos e exames das autoescolas. O vereador do PPS relatou, que também tinha apresentado dois requerimentos, sobre o mesmo assunto, os quais nunca tinham sido atendidos, e que, pelo contrário, os exames prosseguiam, na rua, e ele pensava, então, em juntar os moradores e levar ao MP a denúncia, haja vista que aquela via não era local adequado para o tipo de treinamento e exames, que estavam sendo realizados, bem como reforçou a solicitação da escolha de outro local, para os procedimentos da autoescola. Reportando-se ao Vereador Osvaldo Quaglio, parabenizou-o pela iniciativa da verba e instalação das academias ao ar livre, porque ele estava correto, empenhando-se em buscar recursos para Mogi Mirim. “Mas aqui, sabemos que tem um vereador que busca e outro que só quer levar a fama e tira até foto”, frisou. Sobre o Parque das Laranjeiras, o Vereador do PPS disse que as coisas estavam caminhando “de vento em popa”, mas lamentou que a perspectiva de sessenta milhões de reais, para as obras de infraestrutura do bairro, tivesse caído para apenas três milhões de reais. “Mas está caminhando e se cada prefeito do passado tivesse asfaltado pelo menos uma rua, em cada mandato, o bairro estaria bem adiantado e digo ainda, que quem fez algo pelo Parque das Laranjeiras, não fez mais do que obrigação, e estou preocupado com o loteamento Domênico Bianchi, uma luta antiga, as galerias já foram feitas, mas falta asfalto, e os vereadores se esqueceram da comissão, da equipe, que correu até São Paulo e Campinas, para que o trabalho no Parque das Laranjeiras fosse realizado, então, penso que se deva voltar com esta comissão, para pressionar também obras no Domênico Bianchi”, frisou. Para concluir, agradeceu a presença, no plenário, dos secretários municipais Beatriz Gardinalli e Wilson Rogério, que tinham atendido a um seu convite e comparecido na Casa. Também fez uso da palavra a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, que se reportou à reunião com a Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá – Ares-PCJ. Relatou que o primeiro ato do atual



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

prefeito tinha sido confirmar um decreto do ex-prefeito Carlos Nelson Bueno, que pedia a equiparação da tarifa da água a do esgoto; que o prefeito Gustavo Stupp, recém-empossado, ao invés de avaliar a situação, em janeiro de 2013, através do ato regulamentar nº 001/2013, tinha validado aquilo que Carlos Nelson tinha deixado para seu sucessor, uma “bomba na mão”; que o então presidente do SAAE, Celso Cresta, através do ato regulamentar, tinha aceitado a equiparação da água e do esgoto; que o reajuste da tarifa de água era calculado, com base no tripé energia, produtos químicos e investimentos; que a agência reguladora tinha chegado aos 17.67% de reajuste; que, por outro lado, em breve tempo, uma futura concessão, ou Parceria Público-Privada - PPP, ou privatização chegaria à Câmara, para apreciação dos pares; que os investimentos tinham que constar na futura concessão, ou na futura PPP, e não na planilha doméstica; que não havia explicação para o índice de reajuste; que a água, obra divina, não precisava ser tratada com tantos produtos químicos, na cidade de Mogi Mirim; que ela tinha a informação de que, por duas horas, era desligada a captação, significando um gasto a menos de energia; que os vereadores precisavam pensar no reajuste, porque o esgoto seria reajustado também, que o reajuste era absurdo e que, ela pedia por um meio, através do qual fosse possível reavaliar o reajuste, talvez, através do Ministério Público da Comarca. Não havendo mais oradores inscritos, o Sr. Presidente suspendeu a Sessão às 21h03, conforme o disposto no Artigo 105, da Resolução nº 276/2010 (Regimento Interno vigente). Decorrido o interstício regimental a que se refere o citado dispositivo e depois de nova chamada nominal dos Srs. Vereadores, conforme o disposto no Artigo 112, § 1º, da já citada Resolução, ao fim da qual constatou-se a totalidade dos membros da Casa, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da "**ORDEM DO DIA**", submetendo à apreciação da Casa o que segue: **EM TURNO ÚNICO: “ex-vi” do disposto no § 1º, inciso I, do Artigo 171 do Regimento Interno:** 1. Projeto de Lei nº 69, de 2015, de autoria do Prefeito Municipal, “dispondo sobre a



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

reestruturação, no âmbito do Município de Mogi Mirim, do Conselho Municipal de Educação, e dando outras providências”. *Emendas* da Vereadora Dayane Amaro Costa. Pareceres das Comissões de Justiça e Redação; Educação, Saúde e Assistência Social e de Finanças e Orçamento. Inicialmente, fez uso da palavra a Vereadora Daniela Dalben Mota, solicitando Destaque de Votação para a Emenda nº 4, conforme dispõem os Artigos 155, V; e 166, Parágrafo Único do Regimento Interno, o que foi aprovado, unanimemente, pelo Plenário. Ato contínuo, fez uso da palavra a Vereadora Dayane Amaro Costa, solicitando Destaque de Votação para todas as Emendas, nºs 1, 2, 3, 4, 5, 6, conforme dispõem os Artigos 155, V; e 166, Parágrafo Único do Regimento Interno, o que foi aprovado, unanimemente, pelo Plenário. Em discussão as emendas, fez uso da palavra, inicialmente, a Vereadora Dayane Amaro Costa, explicando, uma a uma, as suas emendas. A primeira, aditiva, solicitando o acréscimo da participação da Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida; a segunda, propondo a participação de representantes do Conselho Municipal de Cultura na composição do Conselho Municipal de Educação; a terceira, aditiva, incluindo inciso III, ao Artigo 6º, para que fossem respeitadas as normas e diretrizes do Conselho Nacional de Educação; a quarta, modificativa, ao inciso IV, do Artigo 5º, propiciando a possibilidade de aplicação de sanções, quando de seu descumprimento; a quinta, aditiva ao Artigo 5º, adicionando a função normativa do controle social, prioritária para o acompanhamento de políticas públicas; e a sexta, modificativa à alínea “c”, do inciso II, Artigo 7º, ajustando a terminologia “pessoa com deficiência”, ao invés de “pessoa com necessidades especiais”. Também discutiu o projeto a Vereadora Daniela Dalben Mota, contrariamente à emenda nº 4, de iniciativa da Vereadora Dayane Amaro Costa, estabelecendo que não era competência dos conselhos municipais aplicar sanções e solicitando a rejeição da emenda. Finda a discussão das emendas, a Casa passou ao Destaque de Votação. Em destaque de votação a emenda nº 1, da



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Vereadora Dayane Amaro Costa, ao Projeto de Lei nº 69/2015, do Prefeito Municipal; (colocada a votos, sessão de hoje, a Câmara aprovou, unanimemente, Turno Único, a Emenda nº 1, da Vereadora Dayane Amaro, ao Projeto de Lei nº 69/2015, do Prefeito de Mogi Mirim); Em destaque de votação a emenda nº 2, da Vereadora Dayane Amaro Costa, ao Projeto de Lei nº 69/2015, do Prefeito Municipal; (posta a votos, sessão de hoje, a Câmara aprovou, unanimemente, Turno Único, a Emenda nº 2, da Vereadora Dayane Amaro, ao Projeto de Lei nº 69/2015, do Prefeito de Mogi Mirim); Em destaque de votação a emenda nº 3, da Vereadora Dayane Amaro Costa, ao Projeto de Lei nº 69/2015, do Prefeito Municipal; (submetida a votos, sessão de hoje, a Câmara aprovou, unanimemente, Turno Único, a Emenda nº 3, da Vereadora Dayane Amaro, ao Projeto de Lei nº 69/2015, do Prefeito de Mogi Mirim); Em destaque de votação a emenda nº 4, da Vereadora Dayane Amaro Costa, ao Projeto de Lei nº 69/2015, do Prefeito Municipal; (colocada a votos, sessão de hoje, a Câmara rejeitou, por nove (09) votos contrários a oito (08) votos favoráveis, Turno Único, a Emenda nº 4, da Vereadora Dayane Amaro, ao Projeto de Lei nº 69/2015, do Prefeito de Mogi Mirim); (o Presidente exerceu direito de voto, conforme reza o Artigo 20, III, do R. I.); (arquite-se); Em destaque de votação a emenda nº 5, da Vereadora Dayane Amaro Costa, ao Projeto de Lei nº 69/2015, do Prefeito Municipal; (posta a votos, sessão de hoje, a Câmara aprovou, unanimemente, Turno Único, a Emenda nº 5, da Vereadora Dayane Amaro, ao Projeto de Lei nº 69/2015, do Prefeito de Mogi Mirim); Em destaque de votação a emenda nº 6, da Vereadora Dayane Amaro Costa, ao Projeto de Lei nº 69/2015, do Prefeito Municipal; (colocada a votos, sessão de hoje, a Câmara aprovou, unanimemente, Turno Único, a Emenda nº 6, da Vereadora Dayane Amaro, ao Projeto de Lei nº 69/2015, do Prefeito de Mogi Mirim); Em votação o Projeto de Lei nº 69/2015; (submetido a votos, sessão de hoje, a Câmara aprovou, unanimemente, Turno Único, o Projeto de Lei nº 69/2015, do Prefeito de Mogi Mirim); (à Comissão de



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Justiça e Redação para as formalidades de estilo, remetendo-se, ato contínuo, à sanção do Prefeito de Mogi Mirim); 2. Projeto de Lei nº 70, de 2015, de autoria do Prefeito Municipal, “instituinto, no âmbito do Município de Mogi Mirim, o Plano Municipal de Educação, e dando outras providências”. **Emendas** do Vereador Luís Roberto Tavares e da Vereadora Dayane Amaro Costa. Pareceres das Comissões de Justiça e Redação e de Educação, Saúde e Assistência Social. Inicialmente, fez uso da palavra a Vereadora Dayane Amaro Costa. Esta elogiou o empenho da Secretaria de Educação na elaboração do plano, feito em conformidade com o Plano Nacional de Educação, com dotação própria da secretaria, sem contratação de qualquer empresa técnica, e acrescentou que suas emendas tinham sido propostas, no sentido de melhorar a peça, em alguns aspectos. Para concluir, a Vereadora Dayane Amaro Costa solicitou Destaque de Votação para as Emendas, nºs 3, 4, 5, 6, de sua autoria, conforme dispõem os Artigos 155, V; e 166, Parágrafo Único do Regimento Interno, o que foi aprovado, unanimemente, pelo Plenário. Na sequência, fez uso da palavra a Vereadora Daniela Dalben Mota, solicitando Destaque de Votação para todas as Emendas, nºs 1, 2, 3, 4, 5 e 6, conforme dispõem os Artigos 155, V; e 166, Parágrafo Único do Regimento Interno, o que foi aprovado, unanimemente, pelo Plenário. Em discussão o projeto e emendas, discursou o Vereador Luís Roberto Tavares, membro da Comissão de Educação, Saúde e Assistência Social. Explicou que a Vereadora Dayane Amaro e ele, orador, tinham estudado a fundo o projeto, realizando várias reuniões, inclusive, com videoconferência entre membros da Igreja Católica, padres, jovens e outras denominações cristãs. Aclarou, que o tema vinha sendo estudado e discutido, em nível nacional, e que, suas emendas eram fruto deste trabalho conjunto, inclusive, com as igrejas evangélicas, haja vista que a aprovação, ou não dessas emendas iria repercutir no dia a dia do cidadão e dos vereadores. Entendeu que algumas pessoas contra argumentavam, que o assunto objeto de suas emendas já



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

estava sendo contemplado no corpo do projeto, mas ratificava o proposto, porque desejava, realmente, a participação da Associação de Pais e Mestres – APM na elaboração do projeto pedagógico da rede infantil de ensino. Pediu a aprovação das emendas, agradeceu a colaboração do pessoal das Igrejas São José, São Benedito e aos jovens da videoconferência, e arrematou, afirmando que se fosse para pecar, que fosse pelo excesso, pois as emendas em nada iriam modificar o projeto, em seu âmago. A Vereadora Daniela Dalben Mota foi a próxima a discursar, replicando as palavras do Vereador Luís Roberto Tavares, afirmando que ela também tinha estudado o projeto e que, as emendas do vereador não tinham razão para serem aprovadas, haja vista que sua preocupação já estava contemplada no projeto, pois quando se falava em “sociedade civil”, subentendia-se que as APMs estavam inclusas. Para encerrar, pediu a rejeição das emendas do vereador Luís Roberto. O próximo orador foi o Vereador Luiz Antônio Guarnieri, que se posicionou favorável às emendas todas. Ponderou que, tratando-se de educação, seria melhor ser criterioso, mas que respeitava a posição da Vereadora Daniela Dalben. Aclarou que as emendas do Vereador Luís Roberto condicionavam a participação da APM; que as escolas só se lembravam de suas APMs, quando precisavam de dinheiro, ou quando precisavam fazer alguma festa, para arrecadar dinheiro, que era de suma importância a participação dos pais e mestres, pois algumas questões eram assunto complicado e, futuramente, poderiam trazer outras consequências às crianças, em idade escolar. “No momento de uma futura discussão, mais ampla, na escola, se o assunto não tiver sido incluído no plano, ficará dificultoso, então, vamos garantir a inclusão e a participação dos pais e pergunto: que mal há nisso, se não altera sequer vírgula do projeto, apenas se acrescenta a APM? Eu peço que o bom senso impere”, frisou e concluiu. Também comentou projeto e emendas o Vereador Cinoê Duzo. Disse que o assunto não deveria ser interpretado pelo lado pessoal; que as diferentes opiniões tinham que ser respeitadas; que a participação efetiva dos pais na escola,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

melhorava, consideravelmente, o desempenho dos alunos; que os pais tinham que ser acolhidos na escola, desde o início da vida letiva de seus filhos, que o vereador Luís Roberto pedia apenas que fosse garantida a participação efetiva dos pais, na escola, e que, tal disposição devia estar distinta no projeto, estar escrita, para ser lei, porque uma única vírgula poderia mudar um amplo sentido. Para concluir, empenhou seu apoio à emenda. Na sequência, fez uso da palavra a Vereadora Dayane Amaro Costa. Esta colocou que, quando surgira a polêmica e o questionamento da Igreja Católica, em cima dos planos municipais de educação, ela tinha se preocupado de que fosse inserido um aspecto religioso na lei, pois o Estado era laico, mas que, aprofundando-se nas discussões com os padres e outros segmentos, tinha compreendido a proposta cristã e percebido que havia confusão em algumas nomenclaturas, sobre a ideologia de gênero, e que, a proposta das igrejas cristãs era garantir a participação dos pais na escola, não para debater a ideologia de gênero, mas propunha trazer os pais à escola, independentemente, de como fosse constituída a família, o que a levava a mudar de posição e se declarar favorável às emendas do Vereador Luís Roberto. O próximo orador a debater o Projeto de Lei nº 70/2015, foi o Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio, que se dirigindo à Vereadora Daniela Dalben, colocou que a intenção das emendas do Vereador Luís Roberto era garantir, efetivamente, a presença da APM na escola, porque no item “segmentos da sociedade organizada” a APM “poderia” estar inclusa, mas não estava assegurada sua efetiva participação. Aclarou que a análise era muito simples, ou seja, a pessoa deveria se perguntar, se a participação da APM na elaboração do projeto pedagógico era necessária, ou irrelevante. Explicou, que o vereador que entendesse que a APM tinha que participar, deveria votar favorável e, pelo contrário, aquele que entendesse que a participação da APM não era relevante, nem essencial, deveria votar contrariamente. “O Vereador Luís Roberto propõe a garantia de que APM vá participar e eu entendo que a APM tem que participar e esta é minha



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

posição”, findou seu discurso. A seguir, discursou o Vereador Benedito José do Couto, que declarou seu voto favorável às emendas, porque preferia ter excesso de zelo e porque acreditava fosse de suma importância a participação da APM na escola. O próximo orador foi o Vereador Waldemar Marcurio, que se posicionou contrário às emendas do Vereador Luís Roberto, porque poucos pais apareciam em reuniões de APMs, ou participavam da vida escolar de seus filhos. “Não podemos ficar à mercê de possíveis reuniões com as APMs, a participação da sociedade já está disposta no projeto e temos os conselhos escolares, que, futuramente, devem se unificar com as APMs, portanto, sou contra a emenda”, declarou e finalizou sua fala. O Vereador Marcos Bento Alves de Godoy usou da palavra para perguntar se a presença da APM paralisaria o processo? Na sequência, fez uso da palavra a Vereadora Dayane Amaro Costa, novamente, para desta vez, falar de suas emendas. Explicou que a lei tinha determinado que o Plano Municipal de Educação contemplasse as diretrizes e metas nacionais, então, no comparativo, tinha feito algumas emendas, em alguns pontos, onde tinha percebido alguma lacuna naquilo que tinha sido definido no Plano Nacional. Explanou sobre cada uma de suas emendas e pediu a aprovação de todas. Também discursou a Vereadora Daniela Dalben, replicando as emendas nºs 3 e 4, da Vereadora Dayane Amaro, porque se tratavam de competências do Estado, tais como, por exemplo, triplicar o número de vagas no ensino técnico, colocando que o município não conseguiria alcançar tal meta, bem como a meta de formar, em pós-graduação, no mínimo cinquenta por cento dos professores da educação básica, questionando ainda, quem pagaria a pós-graduação, se o município, ou o próprio professor. Salientou que era delicado falar em incentivos, já que Mogi Mirim não tinha sequer um plano de cargos e salários para os funcionários, mas, igualmente, informou que atualmente, Mogi Mirim tinha mais de cinquenta por cento dos seus professores, com pós-graduação. Aclarou que ficava preocupada com a questão da exigência de pós, porque eram



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

metas que Mogi Mirim não conseguiria atingir. Quanto à emenda, que determinava a equiparação dos rendimentos dos professores aos rendimentos dos demais profissionais, com escolaridade equivalente, a Vereadora do Solidariedade colocou que não era contra a proposta, porém ela falava em gastos e recairia na Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, que envolvia a equiparação, portanto, em suma, a oradora entendia que tal emenda tinha que estar articulada ao Estado e à União, haja vista que, até a presente data, o município não tinha conseguido a equiparação da jornada de trinta horas para as profissionais da área da enfermagem, algo complicado. “Sou a favor, quero que aconteça, sou a favor da classe, mas temos que ter o pé no chão e perguntar: como vamos cumprir uma meta dessas? Vamos, então, criar o fundo municipal de educação que ainda não existe? Estou alertando apenas, vamos cumprir em seis anos a equiparação salarial dos professores de Mogi Mirim?”, questionou e concluiu. Para discutir, ocupou a tribuna, na sequência, o Vereador Cinoê Duzo. “Quando se fala em valorização o professor, todos ocupamos a tribuna para falar que educação é prioridade e, agora, nós temos a verdadeira oportunidade de provar isso, de deixar uma meta, para que nos tornemos o município que mais valoriza o profissional de educação, sou favorável a que sejamos exemplo, em seis anos; vamos valorizar ao máximo o profissional de educação, que a meta seja o nosso desafio, vamos dar o primeiro passo, para melhorar, aperfeiçoar o projeto, reconhecer e valorizar os professores, portanto, parabéns pelas emendas, Vereadora Dayane, eu sou favorável”, declarou e finalizou. Também fez uso da palavra o Vereador Luís Roberto Tavares, declarando seu apoio às emendas da Vereadora Dayane Amaro, porque o município tinha verbas e o orçamento da educação era suficiente para cumprir as metas. Finda a discussão do projeto e das emendas, a Casa passou ao Destaque de Votação. Em destaque de votação a emenda nº 1, do Vereador Luís Roberto Tavares, ao Projeto de Lei nº 70/2015, do Prefeito Municipal; (colocada a votos, sessão de hoje, a Câmara aprovou, unanimemente,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Turno Único, a Emenda nº 1, ao Projeto de Lei nº 70/2015, do Prefeito de Mogi Mirim); Em destaque de votação a emenda nº 2, do Vereador Luís Roberto Tavares, ao Projeto de Lei nº 70/2015, do Prefeito Municipal; (posta a votos, sessão de hoje, a Câmara aprovou, unanimemente, Turno Único, a Emenda nº 2, ao Projeto de Lei nº 70/2015, do Prefeito de Mogi Mirim); Em destaque de votação a emenda nº 3, da Vereadora Dayane Amaro Costa, ao Projeto de Lei nº 70/2015, do Prefeito Municipal; (submetida a votos, sessão de hoje, a Câmara aprovou, por onze (11) votos favoráveis a cinco (05) votos contrários, Turno Único, a Emenda nº 3, ao Projeto de Lei nº 70/2015, do Prefeito de Mogi Mirim); Em destaque de votação a emenda nº 4, da Vereadora Dayane Amaro Costa, ao Projeto de Lei nº 70/2015, do Prefeito Municipal; (submetida a votos, sessão de hoje, a Câmara aprovou, por treze (13) votos favoráveis a três (03) votos contrários, Turno Único, a Emenda nº 4, ao Projeto de Lei nº 70/2015, do Prefeito de Mogi Mirim); Em destaque de votação a emenda nº 5, da Vereadora Dayane Amaro Costa, ao Projeto de Lei nº 70/2015, do Prefeito Municipal; (colocada a votos, sessão de hoje, a Câmara aprovou, unanimemente, Turno Único, a Emenda nº 5, ao Projeto de Lei nº 70/2015, do Prefeito de Mogi Mirim); Em destaque de votação a emenda nº 6, da Vereadora Dayane Amaro Costa, ao Projeto de Lei nº 70/2015, do Prefeito Municipal; (submetida a votos, sessão de hoje, a Câmara aprovou, unanimemente, Turno Único, a Emenda nº 6, ao Projeto de Lei nº 70/2015, do Prefeito de Mogi Mirim); Em votação o Projeto de Lei nº 70/2015, do Prefeito Municipal; (posto a votos, sessão de hoje, a Câmara aprovou, unanimemente, Turno Único, o Projeto de Lei nº 70/2015, do Prefeito de Mogi Mirim); (à Comissão de Justiça e Redação para as formalidades de estilo, remetendo-se, ato contínuo, à sanção do Prefeito de Mogi Mirim); 3. Projeto de Lei nº 74, de 2015, de autoria do Prefeito Municipal, “autorizando o repasse de recurso oriundo do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa para o Instituto Beneficente Júlia Gardinalli Bazuco, e dando outras



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

providências”. Pareceres das Comissões de Justiça e Redação; Educação, Saúde e Assistência Social e de Finanças e Orçamento. Para discutir a matéria, fez uso da palavra a Vereadora Dayane Amaro Costa. Esta parabenizou a instituição e teceu apenas uma crítica construtiva, relativa ao processo do repasse, pois sentira falta de alguns documentos, tais como, endereço, CNPJ, número de atendidos, cronograma das ações e prazos, porque, como gostava de enfatizar, o que realmente tinha validade eram papéis oficiais e aprovados. Por fim, solicitou que, para as próximas vezes, todos os documentos estivessem anexados aos projetos; (submetido a votos, sessão de hoje, a Câmara aprovou, unanimemente, Turno Único, o Projeto de Lei nº 74/2015, do Prefeito de Mogi Mirim); (à sanção do Prefeito de Mogi Mirim); **“ex-vi” do disposto no inciso I, § 2º do Artigo 171 do Regimento Interno: 4. REQUERIMENTO Nº 223, de 2015, de autoria da Vereadora Luzia Cristina Côrtes Nogueira e outros, “requerendo audiência pública para o dia 30 de julho, às 19h30, no Plenário da Câmara Municipal”.** Para discussão a pedido do Vereador Waldemar Marcurio Filho. A primeira a discutir foi a autora, Vereadora Luzia Cristina Nogueira. Disse que havia colocado o termo “privatização”, porque era o que ela entendia e vinha colocando, sempre. Esperava que os pares entendessem que uma audiência era o espaço perfeito para abrir a discussão, mas que isto não queria dizer, necessariamente, que a opinião do proponente da audiência iria prevalecer sobre a dos demais, pois, poderia ser que opiniões fossem alteradas, no decorrer de um amplo debate. Registrou que havia enviado convite ao pessoal do SAAE, pessoas competentes na área, para a abertura da discussão, e colocou que, se existiam pessoas desejosas para discutir, que este era o momento ideal, e que, se alguém não quisesse participar da audiência, cabia ter paciência. Aclarou que a ideia da administração era a de uma concessão de trinta anos, prorrogável por mais trinta e que, se isso fosse bom, tudo bem, mas tinha dúvidas de que o prazo fosse pesado à população, pois se tratava de tempo longo. “Da minha parte, estou



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

tentando abrir o espaço para a discussão, mas se não for a vontade da maioria, respeitarei”, pontuou e concluiu. Também discutiu a matéria o Vereador Waldemar Marcurio Filho. Salientou que havia contestado o requerimento, em razão da nomenclatura nele empregada, que ele nunca falara que era contrário à audiência, mas elogiava a iniciativa. Apontou que o principal interessado nos debates, o Poder Executivo de Mogi Mirim, não tinha sido convidado e que, se a autora tinha convidado um rol de pessoas, ela, necessariamente, tinha que convidar também o Poder Executivo, que era o próprio autor dos projetos de PPPs. Registrou que iria participar da audiência, já que votaria favorável à proposta, mas sublinhou, igualmente, que ele nunca tinha votado privatização alguma para o SAAE, mas somente uma PPP. A próxima oradora foi a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, que falou sobre parcerias público-privadas. Aclarou que não se sabia, ao certo, se seria feita a modalidade PPP; que a PPP tinha uma duração de cinco, no mínimo, a trinta e cinco anos; que, na PPP, o agente privado era remunerado, exclusivamente, pelo governo; que a PPP do SAAE era patrocinada, significando que os riscos seriam repartidos entre o ente privado e o ente público; que a lei 5.428, alterada pela lei 5.587, tinha inserido, entre as possibilidades de PPPs, o Serviço de Água e Esgotamento Sanitário, mas não o detalhara, portanto, que a PPP era apenas uma, das alternativas que poderiam ser articuladas com o SAAE, que nenhum vereador estava sabendo, ao certo, qual seria a modalidade a ser empregada e que, este era o momento importante para debates, pedindo, por fim, votação favorável ao requerimento, para abertura das discussões. O próximo orador foi o Vereador Daniel Gasparini dos Santos. Esclareceu que era favorável à discussão do tema, independentemente, da nomenclatura, que por sua vez, era uma discussão, que não iria levar a nada. Observou que nenhum dos lados podia apontar se a coisa era boa, ou ruim para a cidade, que o debate estava mais pela privatização, ou concessão, do que a realidade do projeto, logo, a discussão era muito importante, inclusive, para esclarecer as nomenclaturas



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

e outros pontos e se chegar num denominador comum. Ainda em discussão a matéria, fez uso da palavra o Vereador Laércio Rocha Pires. Explanou que ninguém iria votar contra o pedido, mas afirmou que o requerimento era realmente mal-intencionado, pois sugeria a privatização, e que, segmentos desejavam inculcar na cabeça do povo, a qualquer custo, de que se tratava de uma privatização. “Ninguém é contra as discussões, mas contra um requerimento mal-intencionado e a população tem mesmo que participar, vou votar favorável, mas com este apontamento, de que foi mal-intencionado, pois usa termos indutivos”, finalizou. Também discutiu a propositura o Vereador Benedito José do Couto, colocando que ficara descontente com a nomenclatura utilizada pela proponente, haja vista que ele não tinha votado privatização alguma, mas sim, parceria público privada, todavia, posicionou-se favorável às discussões, as quais eram importantes para o município. O próximo orador foi o Vereador Osvaldo Quaglio, que perguntou se a discussão a respeito do requerimento era alguma brincadeira e justificou. “Na semana passada, cada um falou o que quis, falaram até que votariam contra o requerimento, mas, agora, mudaram de ideia; e se a vereadora quer discutir sobre privatização? Vai que ela ache mais interessante, então, alguns julgam antes da hora e audiências públicas são importantes; talvez não tenham sido convidadas algumas pessoas importantes, o que foi bem lembrado pelo Vereador Waldemar Marcurio, concordo que o Executivo deva estar presente, mas sobre os termos empregados, se PPP, ou concessão, ambas são por longos períodos e a audiência é importante, justamente, para esclarecer uma coisa e outra, com pessoas capacitadas, que entendam do assunto, logo, ou concordam em discutir, ou não, coisa simples”, explicou e encerrou participação. O próximo orador a discutir, foi o Vereador Cinoê Duzo, que se posicionou, favoravelmente, ao requerimento, para obter amplas informações, já que o projeto do SAAE “era um mistério, trancado a sete chaves”. O Presidente da Câmara, Vereador João Antônio Pires Gonçalves, completou os



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

discursos. “Quando falam aqui, que duvidam que exista vereador, que prefira a política do ‘quanto pior, melhor’, eu digo que não duvido, porque eu tenho plena certeza, de que preferem o ‘quanto pior, melhor’, porque esses vão aos bairros e colocam falsidades na cabeça do povo; na praça, prega-se a venda o SAAE, então, os Vereadores Daniel e Osvaldo falaram muito bem, pois devemos, primeiro, esclarecer o que vai ser feito, se será privatização, ou PPP, ou concessão, e ninguém até agora votou para vender o SAAE, como é colocado por alguns da oposição, embora, não todos, e isso é covardia, portanto, se empatar, eu voto pela realização da audiência, para esclarecer à população, que ninguém votou para vender o SAAE e ninguém vai votar”, explanou; (posto a votos, sessão de hoje, a Câmara aprovou, unanimemente, Turno Único, o Requerimento nº 223/2015, da Vereadora Luzia C. C. Nogueira); (oficie-se como requer); **EM PRIMEIRO TURNO: “ex-vi” do disposto no inciso I, do Artigo 172 do Regimento Interno:** 5. Projeto de Lei nº 53, de 2015, de autoria do Vereador Daniel Gasparini dos Santos, “dispondo sobre incentivo ao cultivo da Citronela e da Crotalária, como método natural de combate à dengue e dando outras providências. Parecer da Comissão de Educação, Saúde e Assistência Social. A primeira a discursar foi a Vereadora Dayane Amaro Costa, para dizer que a Comissão de Educação, Saúde e Assistência Social, da qual era presidente, emitira parecer favorável ao projeto, pois era importante o incentivo à promoção da saúde e à prevenção de doenças. Também discursou o Vereador Benedito José do Couto, parabenizando o Vereador Daniel dos Santos, pela iniciativa e por tentar implantar uma prevenção natural, no município. O próximo a discursar foi o Vereador Waldemar Marcurio Filho, registrando o seu voto favorável e dizendo que a epidemia de Dengue estava acontecendo, em todo o território nacional. Na sequência, usou a palavra o Vereador Cinoê Duzo, parabenizando o autor da proposta, bem como o seu assessor, pela grande ideia, colocando ainda, que ele apoiava projetos que visavam a melhoria da cidade. “Um projeto de prevenção,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

que é combate natural, não desprende numerário, portanto, tem meu voto favorável, nós temos que ficar em estado de alerta e não baixar a guarda contra a Dengue”, frisou. O Vereador Luís Roberto Tavares também ocupou lugar na tribuna, posicionando-se favorável à matéria, pois se tratava de um projeto ótimo. Parabenizou a iniciativa e também seu contexto naturalista, desejoso de que a administração abraçasse a ideia e não a vetasse, pois tinha baixo custo, comparado com o que tinha sido gasto, pelo município, para combate da doença; (colocado a votos, sessão de hoje, a Câmara aprovou, unanimemente, Primeiro (1º) Turno, o Projeto de Lei nº 53/2015, Vereador Daniel Gasparini dos Santos); (à “Ordem do Dia” da próxima sessão para ser apreciado em segundo (2º) Turno). Finda a pauta constante da “Ordem do Dia”, o Sr. Presidente passou, desde logo, à parte dos trabalhos reservada à **EXPLICAÇÃO PESSOAL**, conforme determinam os Artigos 114 e 115 da Resolução nº 276/2010 (Regimento Interno vigente). A primeira oradora foi a Vereadora Dayane Amaro Costa que, de início, agradeceu o apoio, empenhado pelo seu correligionário, Vereador Marcos Bento A. de Godoy, relativo à questão do plano de mobilidade urbana e à palestra da secretária de mobilidade. Registrou sua indignação, porque tinha permanecido trancada no gabinete, estudando a fundo o plano, analisando todos os meios, para depois, em plenário, escutar, por parte da secretária, que ela, oradora, estava fazendo alarde, quando, na realidade, ela apenas citara o artigo da lei, a partir do qual, se descumprido, o município deixaria de receber possíveis verbas federais. Destacou que lutava dia a dia pela mobilidade urbana, citou o semáforo da Rua do Tucura, cruzamento com Avenida Brasil, que era como “uma árvore de Natal”, registrou o trânsito caótico da Avenida 22 de Outubro, que incomoda não só a ela, mas toda a população, algo que poderia ser resolvido com um plano de mobilidade, quando, realmente, a secretária perdera o prazo e a empresa, paga com dinheiro da população, não tinha elaborado o plano. Salientou que não aceitava ser chamada de mentirosa, que tinha denunciado a perda do prazo e remetido a



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

denúncia ao Ministério Público e, quanto à sua réplica à fala da secretária, durante sua palestra, revelou que tinha medo de desacelerar em comportamento, porque a população almejava políticos que usassem a bravura e o suor, para que as coisas fossem resolvidas, ainda mais, tratando-se de dinheiro público. Por fim, pediu desculpas ao Presidente da Câmara, por ter interrompido a palestra da Secretária de Mobilidade. O Presidente a desculpou, mas citou o parágrafo 2º, do Artigo 175, do Regimento Interno, que estabelecia, que apartes não seriam permitidos, sucessivamente, e sem a licença do orador, e solicitou que a vereadora observasse a disposição regimental. Como o próximo orador inscrito, Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio, desistisse da palavra, ocupou lugar no Plenário o Vereador Cinoê Duzo. Este registrou um ano de falecimento do amigo Carlos Alberto Gomes, o Gomão, e requereu um minuto de silêncio, em memória do conhecido mogimiriano, durante o tempo que lhe era reservado em tribuna, o que foi deferido pelo Presidente e cumprido, com todos os vereadores, em pé. Isto posto, reportou-se ao reajuste da tarifa de água, anunciado pelo Diretor da Ares-PCJ, Carlos Roberto de Oliveira, explanando que o técnico tinha vindo à Casa, apenas para “bater o carimbo”; que ele tinha sido deselegante e irônico com a Vereador Maria Helena Scudeler; que ele, orador, procedera uma pesquisa e constatara, que o valor da água, em Mogi Mirim, era o mais alto na região; que não entendia o porquê do SAAE investir em projetos, se a intenção era a sua privatização, e indagou se a intenção era deixar tudo pronto, para que a “venda” do SAAE acontecesse; que o diretor da agência reguladora tinha justificado o custo, apontando a falta de água, o uso de produtos químicos, a energia elétrica, mas o vereador observava, que os dois itens principais não faziam parte da realidade mogimiriana, e que, o diretor havia dito, que sequer o prefeito da cidade poderia alterar o índice de reajuste já definido. “Como vamos admitir, se nem o prefeito pode mudar! Procede?”, inquiriu e terminou sua fala. Também fez uso da palavra o Vereador Marcos Bento Alves de Godoy,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

que desejou concluir sua fala sobre o reajuste da tarifa de água e colocou que o assunto era questionável, quase 18% de aumento. Falou, que já imaginava que a cidade poderia sofrer um reajuste elevado, mas o índice estava acima de qualquer realidade, pois o SAAE não tinha preocupação com financeiro, então, ele questionava os 17,67%, lembrando ainda, que nenhuma votação sobre o assunto tinha sido feita na Câmara e o cálculo era feito pela autarquia, que era independente e o ajustava, como bem desejava. “Tem que ser melhor avaliado e temos que nos posicionar, para que a população fique sabendo”, pontuou. Depois falou sobre a situação das caçambas, para coleta de entulhos, solicitando melhor sinalização, e encerrou sua participação. O próximo orador, Vereador Benedito José do Couto, falou que tinha comparecido na audiência, para discussão do plano diretor, e na audiência, para apresentação do reajuste da tarifa de água. Salientou que era contra o valor do índice, o qual classificou como absurdo. “O diretor da agência reguladora deixou claro, que nem com decreto do prefeito vamos conseguir alterar o índice e sabemos, que não depende de nós, mas da agência reguladora, todavia, registro que sou contra este absurdo”. Como os próximos oradores, Vereadores Waldemar Marcurio Filho e Luiz Guarnieri desistissem da palavra, ocupou a tribuna, na sequência, a Vereadora Luzia C. C. Nogueira, convidando a todos para a audiência pública, visando discussão da mudança da maioria penal, prevista para sábado, dia 13, às 15 horas, no plenário da Câmara, bem como para outra, agendada para o dia 30 de junho, às 19h30, para palestras, em torno da privatização do SAAE. Como o próximo orador, Vereador Jorge Setoguchi, desistisse da palavra, ocupou lugar na tribuna o Vereador Daniel Gasparini dos Santos, para agradecer a aprovação, em primeiro turno, do Projeto de Lei nº 53/2015, de sua autoria, bem como agradeceu o seu grande incentivador, seu assessor, Adalberto Fogaça. O próximo orador foi o Vereador Luís Roberto Tavares, que, desde logo, agradeceu a todos pela aprovação unânime de suas emendas, apostas ao plano municipal de



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

educação, porque os discursos tinham, efetivamente, alterado a posição de voto. Agradeceu à Vereadora Dayane Amaro, Presidente da Comissão de Educação, pelo apoio às emendas e aos demais, que tinham discursado em prol das emendas. “Faço parte de todas as APMs de meus filhos, em idade escolar, porque a presença da APM tem que estar inserida no plano municipal de educação, agradeço a todos a colaboração, é a família participando do projeto pedagógico, na escola”, disse e concluiu. Também fez uso da palavra o Vereador Laércio Rocha Pires, criticando o outro vereador, que mais uma vez, “tinha usado a tribuna, faltando com a verdade” e perguntou onde estava escrita a expressão “venda do SAAE”. Chamou o vereador de “cara de pau”, disse que ele ficava postando, na rede social, conquistas que não eram suas, tais como as academias ao ar livre, que isso era o cúmulo do absurdo e o desafiou a relatar uma única verba, que ele – vereador cara de pau – tivesse conquistado para Mogi Mirim. “É revoltante, como pode um cidadão ter tamanha cara de pau e ainda posar de bacana, ora, nós não somos nada? Numa hora qualquer, a casa dele vai cair”, frisou. O vereador cobrou da administração a aplicação da verba de três milhões de reais, um seu trabalho, feito junto aos deputados do PPS, para desassoreamento do Lago do Lavapés, e salientou que era o tempo de jogar limpo e transparente com a população. Agradeceu o Vereador Osvaldo Quaglio, “pela correria que fez” e pela luta, em prol da verba das academias ao ar livre, e, para concluir, convidou a base aliada a se manifestar, contra o aumento da tarifa d’água, porque o reajuste de 17,67% não era justo, diante do índice de desemprego e da crise nacional. A última inscrita, Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, desistiu da palavra. O Presidente da Câmara, Vereador João Antônio Pires Gonçalves, posicionou-se, aclarando que iria propor uma Moção de Repúdio contra o aumento da água, desde já, solicitando a assinatura de todos os vereadores, mesmo porque, nenhuma classe de trabalhadores tinha conseguido aumento superior a 7%. Contava com apoio de todos, para fazer o repúdio, apontando também um caminho



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

outro, não apenas criticando. Não havendo mais oradores inscritos, para falar em “Explicação Pessoal”, o Sr. Presidente, Vereador João Antônio Pires Gonçalves, determinou fosse guardado um respeitoso MINUTO DE SILÊNCIO pelo passamento do Senhor *João Martins de Oliveira e Senhora Martha Barbosa Araújo*, falecidos recentemente. Cumprida a disposição e nada mais a ser tratar, o Sr. Presidente, Vereador João Antônio Pires Gonçalves, agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, encerrou os trabalhos da presente Sessão às 23h45, do que, para constar, determinou a lavratura da presente Ata, a qual, após achada conforme, discutida e aprovada vai, a seguir, devidamente assinada.

CMM